

Pierre Salama' |

China-Brasil, uma comparação instrutiva

Um marciano desembarca na Terra. Tendo estudado as recomendações das instituições internacionais e visitado a China e o Brasil, ele não compreende porque a China tem uma taxa de crescimento elevada, quando nem as instituições, nem a administração e nem a política econômica, decidida pelas autoridades chinesas, correspondem aos cânones definidos pelo Banco Mundial, enquanto outros países, como o Brasil, tendo seguido essas recomendações — embora com algumas reticências — não chegam a vivenciar a *golden age* da China. A comparação desses dois percursos diferentes é rica de ensinamentos.

Se não há motivo para comparar, a comparação dá lugar à imaginação. Não se trata, portanto, de propor que o Brasil “copie” a China para obter uma taxa de crescimento mais elevada, pois as condições históricas, políticas e socioculturais são totalmente diferentes e seria particularmente ingênuo pensar que se poderia fazê-lo. De forma mais realista, entre as inúmeras questões que o paralelo entre essas duas situações permite mostrar, podemos tentar compreender porque a taxa de investimento é elevada em um e fraca em outro, porque os comportamentos schumpeterianos parecem se afirmar na China, enquanto os comportamentos rentistas se impõem no Brasil, e a partir desse diagnóstico ver se é possível modificar o curso da situação no Brasil, com o objetivo de promover os comportamentos schumpeterianos. Como a imaginação se alimenta da comparação — comparar permite romper com as ideias impostas, como o famoso “*there is no alternative*” de Margaret Thatcher —, existem alternativas, como desejamos mostrar neste texto, graças à análise, ao mesmo tempo, da expansão dos emergentes nos anos 2000 — em especial da China e do Brasil —, e dos limites dos seus respectivos modos de crescimento.

1. Professor emérito da universidade de Paris XIII, site: <http://pierre.salama.pagesperso-orange.fr/> e www.brics.hypotheses.org

Os anos 2000 são interessantes por três razões: *i*) porque durante esse período os processos de convergência com as economias avançadas — as quais beneficiam principalmente os países emergentes asiáticos — se confirmam; *ii*) porque os caminhos escolhidos pela China e pelo Brasil são muito diferentes; e *iii*) porque esses caminhos parecem se esgotar e perder seu dinamismo, e como consequência se abre um novo período repleto de interrogações.

1. Economias emergentes, o que esconde essa designação?

1.1 Uma convergência com os países avançados que se acelera e depois tende a se esgotar

Durante os anos 1960-2000, perto de 29% dos países em desenvolvimento possuem uma taxa de crescimento média do PIB superior à dos Estados Unidos, então de 1,53%. No decorrer dos anos 2000-2011, essa porcentagem aumentou consideravelmente: 90% dos países em desenvolvimento têm uma taxa de crescimento superior à dos Estados-Unidos (2,94 pontos), segundo dados do Banco Mundial. Um processo de convergência se opera e por meio dele é reduzida a disparidade entre os níveis do PIB de muitos países do hemisfério sul e aqueles do Norte. Isso diz respeito, sobretudo, aos países emergentes asiáticos, e com a alta dos preços das matérias-primas abrange também alguns países africanos. No conjunto, o diferencial entre as taxas de crescimento traduz um movimento de convergência dos níveis de renda por habitante entre países do Sul e do Norte. O exemplo dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) ilustra bem esse fenômeno de convergência. Conforme a base de dados do Fundo Monetário Internacional (FMI, 2013), o peso econômico dos BRICs representa, em 2000, 16,39% do PIB mundial — avaliado pela taxa de câmbio de paridade do poder de compra de 2005 — e em 2012 é de 27,11% graças, sobretudo, ao intenso crescimento da China e da Índia. O peso da China no PIB mundial passa de 7,12% (contra 23,49% dos Estados-Unidos) em 2000, para 14,52% (contra 18,87% dos Estados-Unidos) em 2012; o da Índia vai de 3,71% para 5,63%; o do Brasil de 2,91% para 2,83%; e o da Rússia, de 2,65% para 3,02%. Calculado pela taxa de câmbio de paridade do poder de compra, o PIB da China ultrapassa em 2014 o PIB dos Estados Unidos e a renda *per capita* se situa em um nível vizinho ao do Brasil, isto é, a $\frac{1}{4}$ daquela dos países avançados. As desigualdades de renda — mais elevadas nos países do Sul do que nos do Norte, salvo exceção — mostram que uma parcela mais ou menos importante da população dos países do Sul tem uma renda média próxima daquela dos países do Norte.

Durante um longo período, alguns países do Sul, ditos emergentes, descobrem a convergência com os países do Norte. O exemplo da Argentina é, a esse respeito, um caso emblemático de uma divergência de longa duração com os países avançados.² O mesmo acontece com o México, uma vez que, entre 1955 e 1980, a distância entre o PIB por habitante em relação aos Estados Unidos diminui, embora aumente em seguida (ROMERO TALLAECHE, 2014). As fases de convergência e, em seguida, as de divergência se sucedem, principalmente nos países latino-americanos, enquanto nos países asiáticos a convergência é mais regular.

Entretanto, salvo exceção, nos anos 2000 a renda por habitante de muitos países emergentes aumentou muito mais rápido do que nos países avançados. Desde 2010 não é mais o caso, com exceção ainda de alguns países. A taxa de crescimento de numerosos países latino-americanos, em especial a do Brasil, aproxima-se daquela dos países avançados, hoje caracterizados por uma tendência à estagnação na Europa e no Japão. Não se trata mais, então, de convergência entre os níveis do PIB por habitante, mas entre as taxas de crescimento do PIB, o que é muito diferente. Não é ainda o caso da China, cuja taxa de crescimento diminui, embora permaneça ainda muito elevada, o que não deixa de ter repercussão para o crescimento dos países latino-americanos, via queda dos preços das matérias-primas, o aumento desacelerado e até mesmo a redução das quantidades exportadas. O ano de 2010 abre caminho para uma nova fase, pois os antigos modos de crescimento, tanto na China como no Brasil, se esgotam, enquanto novos se esboçam, mas penam para emergir.

1.2 O que aproxima a China e o Brasil é menos importante do que aquilo que os diferencia

Diferentes características são comuns à China e ao Brasil. Os dois países sofrem de uma distribuição de renda muito desigual. Entretanto, as desigualdades se acentuam na China, enquanto diminuem ligeiramente no Brasil, embora permaneçam extremamente elevadas. A situação de suas contas externas é igualmente comparável, uma vez que as balanças comerciais da China e do Brasil apresentam um saldo positivo até 2013. As diferenças de produtividade do trabalho, como também as dos salários, entre empresas, segundo suas dimensões, são particularmente acentuadas e mais importantes do que nos países avançados. O crescimento médio das taxas de salários é superior às de produtividade nos dois países. Enfim, o Brasil, assim como a China, vivencia níveis de corrupção elevados e uma opacidade importante nas decisões governamentais.

As diferenças entre a China e o Brasil são muitas. Em primeiro lugar, a demografia: a China tem quase 1,4 bilhão de habitantes (em 2013), é muito povoada, bem mais que o Brasil (203 milhões na mesma data), o que não deixa de ter consequência para as dimensões respectivas dos mercados

2. A marginalização da Argentina vem de longe. Enquanto em 1913 a renda por habitante da Argentina correspondia a 65% daquela da Inglaterra, em 1945 ela ainda se situava em 60% para passar para 39% em 2001. A comparação da renda por habitante dos espanhóis é ainda mais expressiva: 393% em 1913, 290% em 1945 e 51% em 2001. A renda *per capita* dos argentinos passou assim do quádruplo da dos espanhóis para um pouco mais da metade.

3. Enquanto a taxa masculina (relação de nascimentos de homens para cem mulheres) é avaliada em 1,05, nos países avançados é de 1,15 em 1990, de 1,17 em 2000, e de 1,20 em 2005. Nas sociedades asiáticas os homens são preferidos às mulheres por diversas razões (o dote, por exemplo) e a generalização da ecografia abre caminho para os abortos destinados a frear o nascimento de meninas, principalmente quando a pressão do filho único se impõe.

internos, tratando-se principalmente das classes médias atraídas por produtos sofisticados, cujas condições de produção impõem a obter economias de escalas importantes. A taxa de crescimento demográfico em 2011 é da ordem de 0,48% na China e de 1,1% no Brasil, segundo o INSEE [Institut National de la Statistique et des Études Économiques]. A questão demográfica vai, aliás, se tornar um problema preocupante nos próximos anos na China. As projeções demográficas feitas em 2010 indicam uma queda sensível do *ratio* da população em idade de trabalhar (15 a 64 anos) sobre a população inativa. Por outro lado, mantendo-se tudo igual, a China deveria retomar em 2050 o *ratio* que ela tinha em 1980, isto é, 1,6. Com esse *ratio* ficará difícil para os ativos financiar a aposentadoria dos idosos e a educação dos jovens de menos de 15 anos. A pirâmide das idades torna-se um obstáculo para a busca do crescimento: cada vez menos jovens, cada vez menos mulheres.³ É o que explica, em parte, por que a China retorna hoje à política do filho único. Os resultados da modificação da política familiar demoram, entretanto, a se manifestar, mas é possível que em médio prazo a taxa de fecundidade aumente, o que retardaria a queda do *ratio* da população em idade de trabalhar sobre a população inativa.

No plano econômico, a China apresenta uma taxa de crescimento muito elevada e com relativa regularidade nos anos 2000 (9% a 11% ao ano), enquanto no Brasil essa taxa é bem mais fraca e relativamente volátil (4% em média), mas com um ponto mais elevado que nos anos 1990, o que não deixa de ter consequência para a mobilidade social.

Por outro lado, a taxa de investimento na China é duas vezes e meia mais elevada que no Brasil. Isso é um bom indicador da relação dos empreendedores com ideal schumpeteriano. Na China, as relações do Estado com os empreendedores, sejam privadas ou públicas, incitam a uma taxa de investimento elevada. O enriquecimento autorizado, quaisquer que sejam as condições de trabalho, encoraja a investir mais e, com a corrupção que com frequência o acompanha, é um meio de controlar os empreendedores. No Brasil, a fraca taxa de investimento é um indicador do caráter cada vez mais rentista da economia. A corrupção aqui é mais predadora que colbertista; o enriquecimento vem certamente da exploração, mas também, cada vez mais, da procura pelo rendimento, venha ele da exploração das matérias-primas e/ou da especulação financeira.

O Brasil e a China têm políticas de taxas de câmbio diferentes: na China, a taxa de câmbio é controlada e mantida em nível subvalorizado, enquanto no Brasil, considerada livre, ela é sobrevalorizada. Na China, os investimentos em papéis são por enquanto proibidos, exceto há pouco tempo em algumas zonas experimentais; no Brasil, eles são livres. Enfim, na China as taxas de juros são relativamente baixas, enquanto no Brasil elas estão entre as mais elevadas do mundo.

Quanto à especialização internacional, a China exporta principalmente produtos manufaturados e ocupa um lugar significativo nas exportações mundiais

(12,1% destas em 2013 contra 1,2% em 1983). Ela tornou-se, em poucos anos, “a fábrica do mundo”, e desde 2013 suas exportações e importações ultrapassam as dos Estados Unidos. Com as exportações largamente acima das importações — principalmente a partir da adesão à Organização Mundial do Comércio em 2001, e das entradas líquidas de investimentos estrangeiros diretos —, as reservas em divisas da China tornam-se consideráveis. Em contrapartida, o peso do Brasil nas trocas internacionais permanece estável. Em 1983 ele era idêntico ao da China, isto é, 1,2% das exportações mundiais. Em 2013 essa parcela situa-se a 1,3%. O Brasil se expande no mesmo ritmo do crescimento mundial das trocas, enquanto a China o faz 12 vezes mais rápido. O Brasil exporta relativamente cada vez menos produtos manufaturados (52,1% em 2005 e 35% em 2013, do conjunto das exportações) e cada vez mais exporta produtos primários. O comércio exterior é cada vez mais voltado para a Ásia, tendo a China se tornado seu principal cliente, enquanto exporta cada vez menos para a América-Latina — fazendo assim, o Brasil se reprimariza. O que se chama reprimarização é precisamente o retorno para uma estrutura das exportações em que se privilegiam os produtos primários em detrimento dos produtos industriais. Desse ponto de vista, a nova inserção na divisão internacional do trabalho assemelha-se muito à antiga: exportação de matérias-primas pouco trabalhadas, importação de bens manufaturados. Salvo rara exceção, porém importante: a produção de matérias-primas exportadas, sejam agrícolas ou minerais, utiliza técnicas de produção sofisticadas, necessitando pouca mão de obra.

Quanto ao saldo da balança das contas correntes, ele é positivo na China, e extremamente negativo — em torno de US\$ 80 bilhões em 2014 — no Brasil. Nesses últimos anos, a China investiu 13% do PIB em infraestruturas. Estas estão, portanto, em rápido desenvolvimento, principalmente nos transportes (a China conta hoje com mais quilômetros de estradas de ferro destinados aos trens de alta velocidade que toda a Europa reunida. A rede deverá totalizar 16.000 km em 2020). No Brasil, as infraestruturas são amplamente insuficientes e a insuficiência se constitui num fator de bloqueio ao aumento da taxa de crescimento. Segundo os dados do Banco Mundial, completados pelo Crédit Suisse Research Institute (fev. 2014), entre 1993 e 2003 o investimento nas infraestruturas representou em média 2,19% do PIB (1,49% no México); entre 2003 e 2012 situava-se em média a 2,13% do PIB (enquanto no México aumentou 3,95% em média, mas com um declínio entre 2001 e 2006) (BOSCH, 2013). A taxa de urbanização na China é modesta, mas avança com rapidez; no Brasil ela é muito alta, ligeiramente superior à dos países avançados.

Enfim, os dois países exibem níveis de violência muito diferentes. Na China, a taxa de homicídio permanece fraca, porém em crescimento, enquanto no Brasil em média ela é muito elevada, em declínio nos estados do Sul e aumentando nos estados do Norte.

2. Quais são os aspectos positivos e negativos dos percursos econômicos recentes?

O desenvolvimento econômico na China e no Brasil não se deu em contextos políticos semelhantes. A China passou de um modo de dominação política do tipo ditatorial a um modo autoritário. Como ressalta M. C. Bergere (2013), para muitos economistas e políticos chineses, o regime autoritário não se fundou sobre uma legitimidade ideológica, mas sobre a eficácia. No Brasil, a ditadura dos militares (1964-1967, 1967-1979) foi muito eficaz, de acordo com as transformações econômicas e o intenso crescimento que o país conheceu. Entretanto, a democracia vinda com a *abertura* (abertura política em 1979) teve de gerenciar as consequências induzidas do milagre econômico, como a crise da dívida em 1981, a hiperinflação que causou estragos até 1994, o aumento das desigualdades da renda e da pobreza, o crescimento nulo na década de 1980. Com a crise superada, a hiperinflação erradicada (1994), a situação do conjunto melhorou: a taxa de crescimento aumentou de forma moderada, as desigualdades entre rendimentos regrediram ligeiramente, e a pobreza diminuiu muito. Em um contexto de dificuldades econômicas mais ou menos importantes de 1994 a 2014, a via democrática, em vez de periclitir, conheceu um processo de consolidação, apesar da manutenção de um fosso entre a democracia formal (das urnas) e a democracia real (das desigualdades e do acesso aos direitos) (CAPUTO, 2005; O'DONNELL, 2004), considerando a incapacidade do sistema em diminuir a corrupção das elites políticas e econômicas.

Os aspectos positivos e negativos das trajetórias econômicas recentes dos dois países são relativamente poucos, o que não significa que eles não são importantes, muito ao contrário. Na China, os aspectos positivos são: o crescimento elevado, o equilíbrio dos aspectos fundamentais (excedente da balança comercial, orçamento equilibrado, quase pleno emprego, inflação controlada), o esforço empreendido nas infraestruturas, a diminuição da pobreza; no Brasil, um crescimento ligeiramente mais elevado do que nos anos 1990, retorno ao equilíbrio dos aspectos fundamentais, exceto o equilíbrio orçamentário, e a diminuição da pobreza.

Os aspectos negativos também são poucos, mas particularmente importantes no Brasil. A taxa de investimento, muito importante na China, é largamente insuficiente no Brasil; as infraestruturas, anteriormente raras na China, tornaram-se abundantes. Negligenciadas no Brasil, elas são um obstáculo para uma retomada do crescimento, a não ser de modo medíocre. Sem tratar o conjunto desses aspectos, nos parece importante analisar, na China e no Brasil, o crescimento da mobilidade social, a inserção na divisão internacional do trabalho e a hipótese de novas vulnerabilidades externas.

2.1 Quanto mais a taxa de crescimento é elevada, maior a probabilidade de que a mobilidade social progrida

Além das considerações exclusivamente produtivistas, é importante levar em conta os efeitos do crescimento para a mobilidade social. Matematicamente, uma taxa de crescimento anual de 10% permite multiplicar o PIB por 28 em 35 anos, enquanto uma taxa de crescimento de 2% apenas duplica. De fato, o PIB por habitante na China, medido pela taxa de câmbio corrente, foi multiplicado por pouco mais de 22 entre 1980 e 2011, passando de US\$ 220 para US\$ 4.930 em 2011. Enunciada a taxa de paridade do poder de compra (PPC), ele foi multiplicado por 33, segundo o Banco Mundial. Conforme o relatório econômico da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre a China (2013), se considerarmos os 30 anos mais fecundos do ponto de vista do crescimento, na China ele foi mais elevado. Com efeito, de 1982 a 2011 a taxa de crescimento anual chinesa foi de 9,15%. A título de comparação, essa taxa foi de 7,68% na Coreia, entre 1966 e 1995; de 6,87% em Taiwan, entre 1963 e 1992; e de 4,3% na Índia, entre 1982 e 2011.

Quando a taxa de crescimento é muito elevada e com relativa regularidade, a mobilidade social é forte. A probabilidade de uma criança oriunda de uma família pobre permanecer pobre quando adulta é pequena, inclusive se as desigualdades aumentam de maneira considerável, o que é o caso na China. Desse crescimento resulta automaticamente uma redução muito importante da pobreza. A pobreza definida a partir de um patamar de US\$ 2 da taxa de paridade do poder de compra (PPC) de 2005, por dia e por pessoa, passou assim de 98% da população de 1980 para 30% em 2011; a pobreza extrema (menos de US\$ 1,25 PPC) passou de 84% para 13% entre as mesmas datas.

A originalidade do modelo chinês reside na capacidade de associar a água e o fogo: “mercado e socialismo”.⁴ O setor privado se desenvolveu intensamente e não se limita às atividades unicamente das firmas estrangeiras multinacionais. O setor público, entretanto, permanece muito importante, tanto no âmbito das finanças, como no setor da energia e da indústria. Conforme esse mesmo relatório da OCDE, o valor agregado das empresas controladas pelo Estado no setor industrial era de 44% do valor agregado industrial em 1998, e é de 30% em 2012. O número de empresas industriais controladas pelo Estado, nas mesmas datas, decresceu mais intensamente: de 40% do total para 5%, e a porcentagem dos assalariados empregados nessas empresas passou de 62% para 20%. Essas evoluções traduzem também o forte processo de modernização das empresas controladas pelo Estado introduzido nesses últimos 20 anos.

A modernização das empresas do setor público e de parte do setor privado é financiada por créditos com taxas de juros muito baixos e várias subvenções. As empresas que não se beneficiam dessa ajuda do Estado são, desde então, levadas a tomar emprestado a taxas de juros elevadas e sofrem assim uma “repressão financeira”.

4. Mais exatamente o que os chineses (e outros) chamam socialismo, a saber, planejamento imperativo e partido único.

A liberação dos preços não implica, na maioria das vezes, no abandono da propriedade pública. Os preços agrícolas são hoje quase todos livres, mas os trabalhadores rurais têm apenas o usufruto das terras que cultivam. Quanto aos preços dos bens industriais, no sentido amplo, são atualmente mais ou menos livres. Essa liberação é progressiva, controlada pelo governo, até mesmo quando se traduz pelo abandono da propriedade pública. Ela não é o resultado de um “*big-bang*”, como foi o caso no momento da explosão na Rússia e nos países ditos satélites. Após um período de transição mais ou menos longo, o preço dos bens destinados à demanda final depende, em geral, da lei do mercado. Por outro lado, os bens intermediários continuam a se beneficiar de diversas subvenções e seus preços permanecem mais controlados. A liberação dos preços é ainda mais fraca no que se refere aos “fatores de produção”, como as matérias-primas. Enfim, a economia chinesa se caracteriza igualmente pelas facilidades de financiamento, concedidas para comprar empresas estrangeiras — com o objetivo de se apropriar de tecnologias mais recentes —, por um protecionismo via manutenção de uma taxa de câmbio depreciada, e pela exclusão, de fato, hoje, das empresas estrangeiras de convocação de oferta pública.

A política econômica na China visa tornar flexível o aparelho de produção, integrar cada vez mais as linhas de produção, graças à produção de insumos locais (produtos intermediários e bens de equipamentos) e ao domínio de novas tecnologias. Busca favorecer a escalada da gama de produtos destinados ao mercado interno, e, em menor quantidade aqueles destinados ao mercado externo. É por isso que a China tende a se opor, com mais ou menos sucesso (RICHET, 2014), às estratégias das empresas estrangeiras multinacionais, procurando otimizar a segmentação da cadeia de valor no plano internacional. É isso que vamos ver na última parte.

Enfim, a originalidade desse modelo se apoia sobre três elementos: uma taxa de crescimento elevada, capaz de legitimar a manutenção do regime autoritário, apesar da distribuição especialmente desigual dos frutos do crescimento e do aumento da corrupção; a capacidade do Estado central em manter um controle político sobre os governos das províncias, e em deixar certa autonomia às coletividades locais; e a articulação, sob a égide do Partido Comunista, das forças sociais que se desdobram em diferentes universos: empresários do setor público ou privado — pertencendo com frequência ao Partido —, o mundo do trabalho com suas diferenciações cada vez maiores entre campo e cidade, os trabalhadores qualificados e não qualificados ou, ainda, trabalhadores residentes e trabalhadores migrantes do campo (“*mingongs*”) ilegais (“*Hukou*”), que não se beneficiam senão parcamente das vantagens sociais. Estes últimos, bem numerosos (260 milhões), estão concentrados em empregos não qualificados, e, em geral, penosos.

A intervenção maciça do Estado, quase sempre indireta, a vulnerabilidade dos empresários privados e públicos, a corrupção, a superexploração dos trabalhadores, principalmente dos trabalhadores “ilegais”, são as características desse modelo. De fato, estamos diante de um duplo processo de acumulação primitiva: o primeiro no sentido de Marx, com o afluxo dos trabalhadores rurais pobres às cidades; o segundo mais complexo, com a espoliação dos poupadores com taxas de juros muito baixas, até mesmo negativas, e a concessão de crédito a baixas taxas para empresas selecionadas públicas e privadas (SALAMA, 2012).

2.2 Quanto menos elevada for a taxa de crescimento, menor será a probabilidade de uma mobilidade social importante, exceto se a distribuição de renda for menos desigual

O aumento dos gastos sociais (escola, saúde), a modificação do sistema fiscal, associada a uma política redistributiva, e a retomada do crescimento podem permitir uma verdadeira mobilidade social. Se nenhuma dessas condições é preenchida, a probabilidade de uma criança oriunda de uma família pobre sair da pobreza se explica principalmente pela possibilidade — seja de se tornar cantor, jogador de futebol, fazer política ou, enfim, pertencer à máfia — de ter condições de brilhar pela excelência em uma dessas profissões... Quando a taxa de crescimento é moderada, como no Brasil, a probabilidade de uma criança oriunda de uma família pobre continuar pobre na idade adulta é relativamente elevada salvo, se ocorrer uma modificação importante na curva de Lorentz a favor dos decis, os 10% mais pobres.

Quadro 1. Taxa de crescimento do PIB no Brasil, 2001–2014

Em %	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014*
Brasil	1,3	2,7	1,2	5,7	3,2	4	6,1	5,7	-0,7	7,5	2,7	0,9	2,3	0,04

Fonte: Bradesco, Global Economic Prospect 2014, 20.02.2015 *Estimativa

Como nos anos 2000, a pobreza diminuiu graças ao aumento substancial do salário mínimo, muito acima do crescimento da produtividade do trabalho. São esse aumento do salário mínimo, seus efeitos induzidos sobre o funcionamento do mercado de trabalho e o cálculo das aposentadorias que explicam, ao mesmo tempo, a redução das desigualdades de renda e o essencial da diminuição da pobreza, bem mais que os “*cash transfers*” — ao contrário da ideia divulgada, estes últimos influenciam principalmente na dimensão da pobreza. No caso do Brasil, o efeito de redistribuição compensa, em parte, o efeito insuficiente do crescimento.

5. A situação no Brasil difere daquela do México nas suas relações com a China. O saldo positivo das trocas com a China diminuiu muito por causa de suas importações em intenso crescimento e a queda relativa de suas trocas atribuível à redução do crescimento da China. O México exporta pouca matéria-prima para a China: suas exportações passaram de US\$ 204 milhões em 2000 para US\$ 5,7 bilhões em 2012 — ou seja, uma progressão elevada —, mas entre essas mesmas datas suas importações da China passaram de US\$ 11,3 bilhões para US\$ 56,9 bilhões. O déficit com a China é, portanto, consequente e avizinha-se dos US\$ 50 bilhões. (Cf. DUSSEL, P. E. (2014). *La inversión extranjera directa de China en México. Los casos de Hawei y Giant Motors en Latinoamérica*. In: DUSSEL, P. E. (Ed.) *La inversión extranjera directa de China en América Latina: 10 estudios de caso*. México: Unión de Universidades de América Latina y el Caribe, p. 273-289. Sobre esse mesmo assunto, mas com dados ligeiramente diferentes: DUSSEL, P. E.; GALLAGHER, K.P. (2014). *China's economic effects on the US-Mexico trade relationship. Toward a New Triangular Relationship?* In: DUSSEL, P. E.; HEARN, A.H.; SHAIKEN, H. (Eds.) *China and the new triangular relationships in the Americas*. China and the future of US-Mexico relations. Miami: Center for Latin American Studies, University of Miami; California, Berkeley: Center for Latin American Studies, University of California; Facultad de Economía, UNAM. Centro de Estudios China-México, p. 13-35. O México alia ao mesmo tempo uma industrialização puxada pelas exportações (as montadoras,

2.3 Uma nova vulnerabilidade externa do Brasil, o retorno do “stop and go”?

Um dos aspectos positivos importantes desse período é o saldo positivo da balança comercial. No Brasil, graças à exportação crescente das matérias-primas o saldo da balança comercial torna-se positivo a partir de 2001 e alcança, segundo o Bradesco, +US\$ 46,5 bilhões em 2006. Desde então esse saldo decresce, e em 2013 ele é apenas de +US\$ 2,5 bilhões, isto é, quase 20 vezes menos importante, e se torna negativo em 2014 (-US\$ 0,7 bilhão). Até 2012 essa forte redução é devida ao declínio relativo das exportações de produtos industriais. A partir de 2014, a queda em valor de exportação das matérias-primas e dos produtos manufaturados explica o aparecimento de um saldo negativo no mesmo ano.

Durante muitos anos, o saldo positivo da balança comercial e as entradas de capitais mais que compensaram as saídas de divisas a título de pagamento do serviço da dívida, do pagamento de dividendos, e outros serviços, de tal maneira que as reservas internacionais aumentaram. A partir de 2010 as coisas mudaram. A redução drástica do saldo da balança comercial — pela primeira vez em déficit (-US\$ 3,9 bilhões) desde 2000 —, as saídas de capitais a título de pagamento dos dividendos e dos lucros repatriados desencadeiam um aumento sensível do déficit da balança de contas correntes. Após ter sido excedentária de 2003 a 2006, o saldo da balança de contas correntes se degrada progressivamente para atingir -US\$ 90,9 bilhões em 2014 (4,17% do PIB), segundo o Bradesco (20.02.2015), ou seja, uma queda de mais de US\$ 100 bilhões em relação ao excedente de US\$ 14 bilhões alcançados em 2005. As entradas líquidas de capitais, ainda maciças a títulos de investimentos estrangeiros diretos (US\$ 62,5 bilhões em 2014) e os investimentos líquidos em carteira (US\$ 27 bilhões em obrigações e US\$ 13 bilhões em ações) segundo Bradesco (22.01.2015) compensam cada vez mais dificilmente esses déficits crescentes da balança das contas correntes. Portanto, a vulnerabilidade externa do Brasil não desaparece: muda de forma. Ela depende hoje fundamentalmente das matérias-primas, preços e volumes permutados,⁵ das entradas de capitais, das quais uma parte pode ser profundamente volátil.

3. Os aspectos problemáticos

Uma reviravolta se manifesta a partir de 2012. Não parece mais possível manter o mesmo modo de crescimento do começo dos anos 2000. O crescimento desacelera nos países emergentes, em especial na América Latina. São as primeiras manifestações do esgotamento desses modelos. A China, que cada vez mais tem dificuldade de manter seu papel de “fábrica do mundo”, procura o crescimento nas capacidades de voltar às redes de produção ao

optar pelas especializações de maior desempenho — apoiando-se em produtos mais sofisticados, de grande demanda potencial — e, sobretudo, ao relativizar o papel das trocas externas e do investimento como principais contribuintes do seu crescimento em favor de um dinamismo ampliado pelo mercado interno. O Brasil procura de modo igual dinamizar o mercado interno para relançar o crescimento, mas num contexto completamente diferente daquele da China. Com a volta da restrição externa, uma economia estimulada pela demanda só pode ser eficaz se encontrar melhor competitividade. Na China é necessário reduzir a taxa de investimento, superar os problemas associados à queda da rentabilidade em alguns setores ligados às capacidades ociosas de produção, financiar o serviço da dívida das empresas e das municipalidades, evitando, ao mesmo tempo, que o peso dos empréstimos duvidosos, e as maneiras de financiá-las *via shadow banking* — recursos financeiros “obscuros” ou ainda recursos paralelos, dificilmente controláveis pelas autoridades —, não precipite a economia num *hard landing* (aterrissagem catastrófica ou pouso forçado), se traduzindo numa crise brutal. No Brasil, além de uma profunda reforma fiscal, é preciso ultrapassar o estágio de uma economia que se tornou globalmente rentista — em virtude do aumento do peso das matérias-primas e do impulso da financeirização —, abandonar a política de câmbio sobrevalorizada e a taxa de juros elevada, em benefício de uma verdadeira política industrial que, sem esses pré-requisitos, não poderia ser eficaz. Compreende-se, então, que em um caso como em outro, a solução não poderia ser técnica: ela é antes de tudo política. É na capacidade de superar as contradições, que essas medidas desencadeariam, que residem as possibilidades de êxito para pôr em funcionamento novos modos de crescimento, evitando, ao mesmo tempo, que a transição seja muito conflitante. É o que vamos ver.

3.1 A explosão da cadeia de valor, o aumento das trocas internacionais e sua desaceleração

3.1.1 A explosão da cadeia de valor

Nos anos 1970, as terceirizações de segmentos de produção diziam respeito às empresas situadas num país avançado e às empresas operando em países menos avançados, estas últimas podendo ser filiais das primeiras. Essas terceirizações se explicam pelo lucro obtido produzindo em países em via de desenvolvimento, onde os salários e os impostos são menores, e o código de trabalho mais frouxo. Em geral, são contemplados poucos produtos, aqueles pelos quais é possível se optar por técnicas de produção utilizando muita mão de obra, a chamada *labour-using*.

Há uns 15 anos, as deslocalizações se multiplicaram por três razões: a diminuição dos custos dos transportes internacionais, a revolução da

às quais podemos acrescentar a indústria automobilística, muito dinâmica) e uma desindustrialização do tecido industrial voltado para o mercado interno. Este se explica pela falta de competitividade do país, embora seus salários tenham progredido pouco na década, diferentemente do Brasil e da Argentina, com a taxa de crescimento extremamente fraca da sua produtividade de trabalho e uma política de sobrevalorização da moeda nacional, menos sistemática que no Brasil. Ver Bresser-Pereira, C. *Mondialisation et compétition, pourquoi certaines économies émergentes réussissent et d'autres non?*. Paris: La Découverte, 2009, 204 p. Sobre a Argentina, ver DAMILL, M.; FRENKEL, R.; RAPETTI, M. *The new millennium Argentine saga: From crisis to success and from success to failure*. Working Paper, CEDES, 2014.

6. A produção do iPhone constitui um bom exemplo da explosão da cadeia de valor. A importação do iPhone pelos Estados Unidos proveniente da China, onde são montados, representou US\$ 1,9 bilhão em 2012. Se levarmos em conta a explosão da cadeia de valor, o valor agregado da China se eleva em US\$ 73,5 milhões somente; em compensação, o do Japão sobe para US\$ 684 milhões, o da Coreia do Sul para US\$ 259,4 milhões etc. (ver IEDI. O lugar do Brasil nas cadeias globais de valor. In: CARTA DA IEDI, n. 578. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, 2013). Do ponto de vista macroeconômico, o exemplo do México é também interessante. Até 2005, as exportações de indústrias de montagem (*maquilas*) eram compatibilizadas como tal pelo México. Estas representavam 12,7% do PIB, mas se considerarmos as importações necessárias para produzir, a cifra obtida é bem menor, ou seja, 2,9% do PIB. Segundo Romero Tallaeche J. A. (2014), *op. cit.*, essa proporção permanece mais ou menos estável mais tarde. Os efeitos do *cluster* são, portanto, fracos e a integração modesta, o que explicaria porque o aumento da abertura não tenha tido o impulso esperado sobre o crescimento que permanece um dos mais medíocres da América Latina. Para outra apreciação ver: CARILLO, J. De qué me hablas? Reflexiones sobre las complejidades de la industria de maquiladora en México. In: *Revista Frontera Norte*, 26/3, 2013, p. 75-97. Essa divergência de apreciação pode ser explicada em parte pelo perímetro retido, mais difícil de avaliar por causa da generalização das medidas a favor das indústrias exportadoras, chegando a não mais saber exatamente quais são as

informática e a liberalização dos mercados. Conhecido pelo nome de “explosão internacional da cadeia de valor” esse processo diz respeito à divisão da cadeia de produção de determinado produto acabado, em vários segmentos produzidos em diferentes países. Isso dá lugar a uma cadeia de importações e exportações até a montagem final do produto considerado.⁶

As relações comerciais entre países são mais densas, sobretudo entre os países asiáticos, e explicam, em parte, o impulso do comércio Sul-Sul no comércio mundial (BID, 2013; OMC, 2014). As relações entre Coreia do Sul e China são emblemáticas desse processo. As relações comerciais da Coreia do Sul com a China foram multiplicadas por oito entre 2002 e 2012, e evoluem com força, pois a Coreia do Sul exporta bens para a China que, uma vez transformados, são destinados à exportação. Como fez ontem a Coreia do Sul, a China hoje procura aumentar o valor agregado dos bens destinados ao mercado externo, opondo-se assim à estratégia das empresas multinacionais da explosão da cadeia internacional de valor. Por outro lado, a Coreia exporta também bens destinados ao mercado interno chinês, mas considerando a diminuição das diferenças de competitividade entre os dois países essa estratégia se torna mais difícil. A China multiplica de fato seus esforços em pesquisa e desenvolvimento e a diferença tecnológica que ela tem com a Coreia do Sul tende a diminuir. Essa diferença era de cinco anos em 2002 e seria de três anos em 2012, segundo a revista *Conjoncture de BNP Paribas* (dez. 2013).

De maneira geral, é mais fácil para o governo chinês impor a localização nacional dos insumos às firmas multinacionais que produzem principalmente para o mercado interno, do que àquelas que produzem quase exclusivamente para exportar. Mais fácil porque a atração do amplo mercado interno chinês é tão grande que as empresas multinacionais estão prontas, de um lado, a interiorizar os segmentos de produção, contanto que estes últimos respondam às normas de qualidade, e de outro, a aceitar as *joint ventures*, condição *sine qua non* para entrar nesses mercados; por fim, estão prestes a autorizar a transferência de tecnologia e até mesmo as espoliações dos direitos de propriedade. Por isso, essa estratégia de localização não é simples: apesar do esforço empreendido em matéria de educação e pesquisa, da compra de firmas em países avançados, a capacidade de produzir insumos de alta qualidade e suficientemente sofisticados para entrar no *processo* é mais difícil do que se imagina. Enfim, ela é mais difícil de impor às firmas estrangeiras de exportação, pois quase sempre são especializadas em atividades de montagem, nas quais a mão de obra é uma variável importante. O aumento acelerado dos salários reais, as sobrevalorizações homeopáticas do *renminbi* em relação ao dólar, levam a uma alta do custo unitário do trabalho, apesar do aumento importante da produtividade do trabalho. Muitas empresas multinacionais procuram desde então se realocar em outros

países (Bangladesh, Vietnã, Índia... até mesmo Estados Unidos) onde a mão de obra se mantém mais barata (salvo nos Estados Unidos) e onde os códigos frouxos de trabalho autorizam condições não decentes de trabalho.

3.1.2 A expansão das trocas internacionais seguida de uma desaceleração

A partir do começo dos anos 1990, segundo dados da UNCTAD, a abertura se ampliou muito. Entre 1987 e 2007, às vésperas da crise, a taxa de crescimento do comércio internacional foi em média de 7,1% — ou seja, mais de duas vezes superior à do PIB mundial. Com a crise declarada em 2008 e 2009, essa taxa caiu intensamente, depois se reergueu (14% em 2010, 5,8% em 2011) e diminuiu muito a partir de 2012, (2,8%) e 2013 (2,8%), para se situar próxima à taxa de crescimento do PIB mundial, segundo a OMC.

A parcela das exportações totais de bens e serviços sobre o PIB mundial elevou-se para 20% em 1993 e para 33% em 2010, ou seja, um crescimento de 13 pontos percentuais em 17 anos. Ao mesmo tempo em que se mantém muito elevada, esse fenômeno é, entretanto, menos importante do que esses dados sugerem. Eles superestimam, de fato, a amplitude das trocas em consequência da multiplicação das exportações dos bens intermediários, resultando na divisão internacional da cadeia de valor. Por isso, os economistas procuram hoje medir o valor agregado realmente exportado.

O comércio internacional funda-se igualmente nas trocas de serviços⁷ que estão em grande crescimento; eles são certamente menos importantes que as permutas dos bens, mas conhecem uma progressão mais rápida. Os megacontratos incorporam, de fato, uma série de serviços. Em 2008, o conjunto das trocas internacionais se divide em 80% de bens e 20% de serviços. Quando se consideram os valores agregados permutados e não o conjunto das exportações tais quais são declaradas pelos países, a parcela dos bens no conjunto dos bens e serviços permutados cai intensamente para 57%, e a dos serviços sobe para 43% contra os 20% anteriores.

A partir de 2010, assistimos a uma intensa desaceleração das trocas internacionais, estas conhecendo um ritmo inferior às taxas de crescimento do PIB. Em certa medida, essa desaceleração se explica pela diminuição da demanda dos países avançados — principalmente os europeus. Por um lado, nota-se a ascensão ainda tímida do protecionismo em alguns países, e por outro, a transformação da estrutura do comércio em que os serviços tomam mais espaço. É necessário acrescentar uma realocação parcial das atividades das firmas norte-americanas possibilitada pelas novas técnicas, principalmente das telecomunicações e da informação, uma queda no custo do petróleo graças à exploração do gás do xisto, uma fraca progressão dos salários, e *ao contrário*, pela intensa alta dos salários na China. A isso se acrescenta o êxito, ainda tímido, da estratégia do governo chinês em determinar parte

empresas *maquilas* e aquelas que não o são. Se introduzimos, por exemplo, o setor automobilístico nas *maquilas* então a parcela da integração é mais importante, se a excluirmos com o pretexto que sua produção é, em parte, destinada ao mercado interno, então o grau de integração desse tipo de indústria cai e encontraremos os dados em Romero Tallaeche (2014). É, aliás, considerando que desde a modificação da regulamentação de 2006 todas as empresas exportadoras podem ser consideradas como *maquilas* que a US International Trade Commission (DE LA CRUZ, J.; KOOPMAN, R.; WHANG ZHI, 2011) avalia que o grau de integração do México seria mais elevado que aquele da China.

7. Os serviços dizem respeito principalmente aos ligados aos transportes, viagens, construções, comunicação, seguro, serviços financeiros, serviços de informática, *royalties*. Os “novos setores dinâmicos” são os serviços ligados à construção, à informática, os serviços pessoais e culturais, os *royalties* etc. e conhecem uma grande progressão.

dos insumos necessários para sua produção. As causas dessa desaceleração não seriam, portanto, apenas conjunturais, mas também estruturais segundo o FMI (CONSTANTINESCU, C., MATTOO A.; RUTA, M., 2014)

3.2 Uma desindustrialização “precoce” no Brasil

3.2.1 Particularidades da desindustrialização “precoce”

Passado certo estágio do desenvolvimento é comum se constatar uma baixa relativa da parcela do setor industrial no PIB em benefício dos serviços, sem que para tanto ocorra necessariamente desindustrialização. O termo desindustrialização, em geral, é reservado a uma baixa absoluta do valor agregado da indústria e/ou a uma redução relativa do peso da indústria nacional em relação à indústria mundial em economia aberta. Não se observa na Ásia, mas se constata na maior parte das economias avançadas depois das numerosas deslocalizações e da explosão geográfica da cadeia de valor como vimos. Na América Latina esse fenômeno tende a intervir bem mais cedo que nos países avançados, daí o recurso à noção de “desindustrialização precoce”. Dizemos que ela é precoce quando a renda *per capita* no começo do processo corresponde à metade daquela dos países avançados no momento em que principia sua desindustrialização.

No Brasil, além do êxito de alguns setores industriais como o da aeronáutica, o automobilístico, o da indústria petroleira, a desindustrialização se desenvolve nos anos 2000. Diferentemente dos países avançados, a desindustrialização não é produto de deslocalizações maciças, mas de uma destruição parcial do tecido industrial. Ela traduz, ao mesmo tempo, a perda de competitividade da indústria latino-americana, os níveis muito insuficientes das infraestruturas de transporte (estradas de ferro, instalações portuárias e aeroportuárias, estradas de rodagem), as capacidades energéticas.

A parcela da indústria de transformação na indústria de transformação mundial (em valor agregado) é de 1,8% em 2005, em seguida, em 2011, de 1,7%, depois de ter sido de 2,7% em 1980, segundo o banco de dados 2013 da UNCTAD. Segundo a mesma fonte, na China essa parcela era de 9,9% em 2005 e de 16,9%, em 2011. Ela diminui, portanto, relativamente no Brasil, enquanto na China aumenta bastante. As exportações de produtos manufaturados regridem em termos relativos no Brasil, passando de 53% do valor das exportações em 2005 a 35% em 2012, em benefício das exportações de matérias-primas agrícolas e de minério.

Devido à sobrevalorização da moeda em relação ao dólar, e a alta dos salários reais em moeda nacional nos anos 2000, os salários expressos em dólar aumentam rapidamente e esmagam a competitividade do país. Assim, segundo o relatório econômico da OCDE sobre o Brasil (OCDE, 2013), os salários reais em dólar no Brasil passam de US\$ 4,35 em 2000 para US\$ 8,44 em 2006 e US\$ 11,65 em 2011. Comparativamente, em 2011, o salário real no México é de US\$ 6,48 e em Taiwan, US\$ 9,34.

No Brasil, a sobrevalorização da moeda nacional em relação ao dólar, a intensa alta de salários — 121% entre 2002 e 2012, ou seja, uma média anual de 7,1% contra 8% na China — e a fraca progressão da produtividade do trabalho (27%, ou seja, 2,2% em média anual entre as mesmas datas) conduziram a um aumento de custo unitário do trabalho expresso em dólar, de 158%, sempre entre 2002 e 2012 (BBVA, 2014). Essa perda de competitividade explica, em grande parte, a desindustrialização no Brasil e o déficit da balança comercial da indústria de transformação desde 2006.

3.2.2 O fim da alta de preços das matérias-primas

A alta dos preços das matérias-primas e o aumento dos volumes permutados tiveram como efeito no Brasil reduzir fortemente a pressão externa e aumentar as entradas fiscais. O excedente comercial, ao qual convém acrescentar as entradas líquidas de capitais importantes, favoreceu a sobrevalorização da moeda nacional. Esta gera um processo, ao mesmo tempo, de desindustrialização para os bens permutados e uma alta no preço dos serviços, manifestando-se muitas vezes por uma bolha imobiliária. Esses efeitos são conhecidos e dificilmente evitáveis. Eles seriam evitáveis se, ao mesmo tempo, fosse efetuada uma esterilização parcial das entradas de divisas e iniciada uma política industrial que favorecesse os produtos de grande elasticidade da demanda em relação à renda, mais do que aos preços. Essas políticas são, entretanto, difíceis de pôr em vigor em razão dos conflitos que elas geram.

Diferentemente de outros países exportadores de matérias-primas, o Brasil não taxou o montante dos negócios das sociedades exportadoras e as receitas fiscais suplementares vêm da taxação dos lucros. É uma nuance importante. Significa que a queda dos preços e a desaceleração dos volumes trocados não se traduzem por uma baixa das receitas fiscais, exceto no que concernem aquelas provenientes dos lucros. Nesse sentido, o Brasil é bem menos vulnerável que alguns países, como Venezuela, Bolívia, Argentina,⁸ e o México, onde cerca de 30% das receitas fiscais dependem da venda do petróleo, estas representando mais ou menos 15% das exportações (AREZKI; BLANCHARD, 2014).

Depois de dois anos, aproximadamente, a alta dos preços é seguida de uma queda mais ou menos importante, segundo o tipo de matéria-prima exportada. Ela começou com os metais e seguiu com os oleaginosos e os cereais. Segundo o FMI, se tomarmos o índice 100 em 2005, o índice para os metais era de 229,1 em 2011, alcançou 156,8 em outubro de 2014; o dos oleaginosos de 209,1, em 2011, caiu a partir do começo de 2014 e se situou em 162,7 em outubro de 2014. Como podemos observar, a balança comercial, que estava excedentária, apresentou uma redução significativa de seu saldo positivo e tornou-se ligeiramente negativa em 2014. A baixa é particularmente acentuada a partir de 2011. As exportações de matérias-primas, cujo peso nas exportações globais ultrapassava

8. Essas taxas — “retenções” na Argentina — são equivalentes a um sistema de taxa de câmbio múltiplo: a taxa oficial e a taxa sobrevalorizada para os exportadores de matérias-primas, já que cada dólar obtido é convertido em menos pesos. Essa política de taxação encontrou oposição implacável do setor do *agrobusiness* argentino e alimentou o conflito distributivo entre esse setor e o governo. A situação no Brasil é diferente. A partir de 2003, ao contrário da Argentina, onde o governo mantém uma taxa de câmbio desvalorizada, o Brasil favorece uma política de taxa de câmbio sobrevalorizada. Por isso, a taxa de câmbio já sendo sobrevalorizada, essa taxa específica não parece necessária, já que os rendimentos líquidos em reais, em aumento por causa da política de câmbio, são taxados.

9. Secretaria do Comércio Exterior, dezembro de 2014. Na verdade, as exportações de bens manufaturados e em especial de bens de capital e de consumo duráveis caem intensamente, traduzindo a perda da competitividade descrita acima. Disponível em: <http://www.bnamericas.com/company-profile/es/secretaria-de-comercio-exterior-secex>

63%, caíram 5,9% entre 2014 e 2013, mas entre novembro de 2013 e novembro de 2014 registrou queda de 18,7%⁹ — pois a alta desacelerada dos volumes permutados não pode compensar a intensa queda dos preços.

Evoca-se raramente um segundo efeito, que poderia ser designado de efeito cremalheira, gatilho ou bloqueador. Ele diz respeito às despesas públicas cujo aumento, às vezes, foi possível graças à alta das receitas fiscais provenientes da exploração das matérias-primas. Com a redução do valor das exportações das matérias-primas, as receitas fiscais são menores, o que pode conduzir a uma redução das despesas públicas, como aconteceu com frequência no México. É muito mais difícil reduzir as despesas públicas do que aumentá-las e reduzi-las a efeitos recessivos conhecidos. Há, portanto, um efeito gatilho. Esse mecanismo foi pouco elucidado, os economistas insistindo principalmente sobre os efeitos negativos da alta dos preços (a doença holandesa). Entretanto, trata-se de um mecanismo análogo à lei de Wagner (superposição das leis e, portanto, comprometimento das despesas, sendo que as últimas não eliminam as precedentes). As razões são simples. Com a alta dos preços e das trocas, as despesas públicas cresceram e as necessidades assim satisfeitas não podem ser facilmente suprimidas, quase sempre, por razões de legitimidade. Com a baixa, o déficit orçamentário se acentua, e reduzir as despesas para corresponder ao nível das receitas acentua o efeito recessivo, aumenta o déficit em porcentagem do PIB e pode ser fonte de dificuldades políticas.

Diferentemente da situação dos anos 1950-1990, a industrialização cede à desindustrialização. Por isso, o mecanismo de retomada pela desvalorização da moeda nacional é menos eficaz. A elasticidade da oferta em relação aos preços, enfraquecida pela desindustrialização, é mais fraca do que no passado, e o retorno ao equilíbrio da balança comercial, devendo apoiar-se desta vez no impulso das exportações industriais, torna-se mais aleatório. Uma dinâmica perversa toma o lugar da dinâmica aparentemente virtuosa que a precedeu, da qual ela é, na verdade, a consequência direta.

Considerações finais

O mercado interno pode dinamizar o crescimento? A questão se coloca hoje tanto para o Brasil como para a China. Na América Latina, e em especial no Brasil, para todo um conjunto de produtos, a pressão externa pesa cada vez mais sob forma de pré-requisitos em termos de competitividade. Como as condições mudaram com a liberalização das trocas, o mercado interno não pode se conceber independente do mercado externo para um conjunto de produtos cada vez mais importante. O crescimento puxado pelo mercado

interno só pode se realizar no Brasil se as condições de competitividade forem globalmente respeitadas, senão o aumento da demanda se traduz pelo aumento das importações, salvo em caso de um retorno ao protecionismo. Ao invés de estimular o crescimento, ele o enfraquece aumentando as importações.

Por isso, a dinâmica do crescimento pelo mercado interno no Brasil necessita que sete condições sejam satisfeitas: 1) um aumento importante da produtividade do trabalho, diminuindo o custo unitário do trabalho; 2) o questionamento da lógica das economias rentistas que limita a taxa de investimento a um nível baixíssimo; 3) uma política ativa, visando neutralizar a sobrevalorização da moeda; 4) uma reforma fiscal que permita diminuir as desigualdades de renda, melhorar o poder de compra da população pobre, vulnerável, e das camadas médias baixas (emergentes), e financiar os serviços públicos de qualidade (saúde, educação); 5) uma política que facilite o acesso ao crédito dos pobres e das camadas vulneráveis; 6) uma política industrial ativa do Estado visando ajudar os setores de ponta; 7) uma política de integração regional mais ativa com o objetivo de aumentar a dimensão dos mercados. Se uma dessas condições não for satisfeita, torna-se mais aleatório o sucesso de uma política de crescimento puxada pelo impulso do mercado interno.

Na Ásia, e em particular na China, a resposta à questão colocada é relativamente diferente. Os custos unitários de trabalho são baixos, embora em crescimento. As políticas industriais são ativas, a taxa de investimento é importante e o esforço para a pesquisa, consequente. Não se trata de economias rentistas.

O aumento dos custos do trabalho, em seguida ao dos salários, por uma determinada taxa de crescimento da produtividade do trabalho, diminui a competitividade das empresas ao utilizar muita mão de obra, essas preferindo então se deslocar para Índia, Bangladesh ou Vietnã. O esgotamento das fontes de crescimento na China (crescimento das exportações mais fraco por causa da crise das economias avançadas, taxa de investimento revista no sentido da baixa, em virtude ao mesmo tempo de numerosos créditos duvidosos e das sobrecapacidades de produção) impõe que o crescimento seja puxado pelo consumo das famílias, de todas as categorias juntas.

A ascensão potencial das classes médias pode, então, ajudar a dinamizar o mercado interno, graças ao crescimento da produção dos bens de consumo duráveis sofisticados. É uma das possibilidades, considerada a importância da população chinesa. Outras soluções existem, como a do crescimento estimulado pelo consumo, graças a uma diminuição sensível das desigualdades de renda. O aumento do consumo do conjunto das famílias, de preferência as das classes médias, pode, então, conduzir a um modo de desenvolvimento mais inclusivo. Mas essa nova orientação da dinâmica econômica supõe que toda uma série de dificuldades e de contradições intraclasses e interclasses seja resolvida (SALAMA, 2014).

A priori poderíamos considerar que o risco financeiro e bancário ainda não é excessivamente elevado na China, uma vez que o conjunto dos créditos sobre o PIB alcançou 154% em 2012, isto é, uma taxa mais baixa que a dos Estados Unidos na véspera da crise de 2007 (224%) ou do Japão na véspera de suas dificuldades em 1989 (239%). Na verdade, o financiamento do endividamento dos organismos locais, devido aos investimentos em infraestrutura muito elevados, não se faz apenas por meio do crédito. Ele se apoia, também, em produtos financeiros complexos, desenvolvidos por instituições financeiras pouco controladas pelas autoridades monetárias (recursos obscuros). O risco cresce quando se leva em conta a expansão desses produtos financeiros complexos. Estes cresceram de 62% entre 2008 e 2012 e, se levarmos em conta esses produtos complexos, o *ratio* (coeficiente) do conjunto dos créditos passa de 145%, em 2008, para 207%, em 2012, segundo os dados da agência Nomura (2013). O risco de uma crise financeira conduzir a uma crise brutal é, desde então, maior do que parece, quando consideramos os créditos, excluindo-se esses produtos complexos (FABRE, 2014).

Os salários certamente cresceram em média mais rapidamente que a produtividade do trabalho desde 2009, mas a parcela do consumo no PIB e sua contribuição para o crescimento aumentam ainda mais inexpressivamente. Além disso, a progressão do consumo poderia vir de uma transformação da poupança em consumo. Atualmente, a taxa de poupança permanece muito importante, pois as famílias chinesas adotam comportamentos de precaução ligados aos custos de saúde, à educação, às aposentadorias insuficientes e à imprevisibilidade do emprego. A taxa de poupança poderia baixar e o consumo aumentar amanhã se as reformas fossem realizadas. Mas os distúrbios sociais, alimentados pela redução do crescimento, ameaçam o equilíbrio do poder político. O governo, procurando prevenir esses distúrbios, prevê, desde já, ceder sobre alguns elementos qualitativos como o reconhecimento do direito de propriedade dos trabalhadores rurais, o reconhecimento da legitimidade de algumas reivindicações dos trabalhadores, a criação de um sistema de segurança social mais consequente e acessível aos trabalhadores “*mingongs*”, o anúncio de medidas de proteção do meio ambiente, bastante degradado. A essas medidas sociais acrescentam-se outras, visando limitar a amplidão da corrupção que afeta o corpo político e os quadros das empresas em todos os níveis, e liberalizar progressivamente os movimentos internacionais de capitais (limitados hoje a Shanghai, servindo de região experimental).

Essas políticas econômicas e sociais, enunciadas acima, serão difíceis de ser postas em prática. As contradições entre os interesses do Estado central e os das províncias, entre o setor público e o setor privado, entre os empresários e os assalariados, entre os assalariados ilegais e os legalizados, entre as autoridades locais e os trabalhadores rurais que desejam conservar suas terras

e querem ver seus direitos reconhecidos... tudo isso se transforma em equações cada vez mais difíceis de resolver de maneira harmoniosa em um país que conta com 1,4 bilhão de habitantes. Os interesses de uns se opõem cada vez mais aos interesses de outros. O insucesso de uma transição controlada não deixará de ter consequência de contágio para outros países, inclusive avançados. A desaceleração da atividade econômica já sobrecarrega intensamente o equilíbrio da balança comercial, e, de maneira mais moderada, as receitas fiscais do Brasil. O que acontecerá amanhã se a China “cair na armadilha da renda média”, ou pior, enfrentar um “*hard landing*”?

§

Referências

- AREZKI R.; BLANCHARD. Sept questions sur la chute récente des cours de pétrole. In: FMI, dez. 2014. Disponível em: <http://www.imf.org/external/french/np/blog2014/122214f.htm>
- BBVA. *Research, document de travail 14/10*, mar. 2014. Disponível em: <https://www.bbva-research.com>
- BERGÈRE, M.-C. *Chine, le nouveau capitalisme d'Etat*. Paris: Fayard, 2013.
- BID. After the boom. Prospects for Latin American and the Caribbean in South-South trade. International Trade Statistics. In: Trade and Integration Monitor 2013. Disponível em: www.iadb.org/et OMC (2014); e www.wto.org.
- BNP PARIBAS. *Conjoncture de BNP Paribas*, dez. 2013. Disponível em: <http://economic-research.bnpparibas.com>
- BRADESCO. Economia em dia. Disponível em: <http://www.economiaemdia.com.br/>
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *Mondialização et compétition — Pourquoi certains pays émergents réussissent et d'autres non?* Paris: La Découverte, 204 p, 2009.
- CAPUTO, D. Una agenda para la sustentabilidad de la democracia. In: *Foreign Affairs*, out-dez. 2005.
- CARILLO, J. (2013). De qué me hablas? Reflexiones sobre las complejidades de la industria de maquiladora en México. In: *Revista Frontera Norte*, 26/3, 2013, p. 75-97.
- CONSTANTINESCU, C.; MATTOO, A.; RUTA, M. Slow Trade. In: *Finance & development*, vol. 51, n. 4, dez. 2014. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/fr/fand/2014/12/constant.htm#author>
- CRÉDIT SUISSE RESEARCH INSTITUTE. *Latin American: the Long Road*, fev. 2014.
- DAMILL, M.; FRENKEL, R.; RAPETTI, M. *The new millennium Argentinian saga: From crisis to success and from success to failure*. Working Paper, CEDES, 2014.
- DE LA CRUZ, J.; KOOPMAN, R.; WANG ZHI. Estimating Value-added in Mexico's manufacturing Exports. US International Trade Commission. Office of Economics Working Papers n°2011-04A, p.1 - 34.
- DUSSEL, P. E. La inversión extranjera directa de China en México. Los casos de Hawei y Giant Motors en Latinoamérica. In: DUSSEL, P. E. (Ed.). *La inversión extranjera directa de China en América Latina: 10 estudios de caso*. México: Unión de Universidades de América Latina y el Caribe, 2014, p. 273-289.
- DUSSEL, P. E.; GALLAGHER, K.P. (2014). China's economic effects on the US-Mexico trade relationship. Toward a New Triangular Relationship? In: DUSSEL, P. E.; HEARN, A.H.; SHAIKEN, H. (Eds.) *China and the new triangular relationships in the Americas*. China and the future of US-Mexico relations. Miami: Center for Latin American Studies, University of Miami; California, Berkeley: Center for Latin American Studies, University of California; Facultad de Economía, UNAM. Centro de Estudios China-México, 2014, p. 13-35.
- FABRE, G. A parte do leão: os bastidores da desaceleração econômica chinesa. In: *Revue des Tiers Monde*, n. 219, 2014, p. 39-59.
- FMI. *Commodity Market Monthly*, FMI, nov 2014. Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/res/commo/pdf/monthly/110114.pdf>, 8 p.
- IEDI. O lugar do Brasil nas cadeias globais de valor. In: CARTA DA IEDI, n. 578. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, 2013.
- NOMURA ASIA SPECIAL REPORT, 2013. Disponível em: <http://www.nomuraasiaforums.com/wp/wp-content/uploads/>
- OCDE. *Economics Surveys: China*, 2013. Disponível em: www.oecd.org.
- _____. *Estudos econômicos da OCDE: Brasil*, 2013. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/fr/fand/2014/12/constant.htm#author>
- OCDE et CEPAL *Latin American Economic Outlook*, 2013. Disponível em: www.eclac.org
- O'DONNELL, G. Acerca del estado en América Latina contemporánea: diez tesis para discusión. In: CAPUTO, D. (Dir.). *La democracia en América Latina*. Nova York: PNUD, 2004.
- RICHET, X. (2014). L'internationalisation des firmes chinoises : croissance, moteurs, stratégies. In: *Revue Tiers Monde*, 2014/3, p. 59-76. DOI : 10.3917/RTM 219.0059.
- RODRICK, D. Growth strategies. In: AGHION, PH.; DURLAUF, S. (Dir.). *Handbook of Economic Growth*, vol.1. Elsevier, 2005.
- ROMERO TALLAECHE, J. A. *Los límites al crecimiento económico de México*. El Colegio de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2014, 363 p.
- ROS BOSCH, J. (2013). *Algunas tesis equivocadas sobre el estancamiento económico de México*. El Colegio de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2013, p. 129.
- SALAMA, P. Emergents : le temps des désillusions . In: *Revue des Tiers Monde*, n. 219, 2014.
- _____. Les classes moyennes peuvent-elles dynamiser la croissance du PIB dans les économies émergentes latino-américaines et asiatiques? In: *Revue des Tiers Monde*, n. 219, 2014, p. 141-159.
- _____. *Les économies émergentes latino-américaines, entre cigales et fourmis*. Paris: Armand Colin, 2012.